

PROCESSO COMPRAS.GOV Nº 90001
PROCESSO LICITATÓRIO - PE INTEGRADO Nº 0001.2026.AC 77.PE.0001.SAD.SASSEPE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026
PROCESSO SEI Nº 0030320689.000007/2025-26

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através do Agente de Contratação Danielle Dourado Oliveira Amazonas de Miranda, designado(a) por meio da Portaria nº 1.499, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, edição do dia 08/05/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento ao Documento de Abertura do Processo Licitatório Doc. SEI Nº 67962452 do Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco (IASSEPE), e com a respectiva autorização do Diretor Administrativo, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO/POR GLOBAL/POR LOTE, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto o fornecimento de Licenças de Software, Fitas Magnéticas e Unidades de Fitas para Backup e Armazenamento, visando atender as necessidades do IASSEPE, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).
- 1.2. O objeto desta licitação será dividido em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.
- 1.3. O lote 2 é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo vedada a subcontratação.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 355.406,03 (trezentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e três centavos), distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

PE INTEGRADO: 420202000072025000166

SEI Nº: 0030320689.000007/2025-26

Unidade Orçamentária: 00303 - Instituto de Atenção a Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco - IASSEPE

Unidade Gestora: 420202 (SASSEPE)

Programa de Trabalho: 10.302.0141.0299.2571

Natureza da Despesa: 3.3.90

Fonte de Recurso: 0500

Valor da Dotação Orçamentária: R\$ 355.406,0300

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.4.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.4.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.4.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.4.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.4.10 Pessoas Físicas.

3.4.11 Agricultor Familiar e/ou Produtor Rural.

3.4.12 PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021¹.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Agente de Contratação poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo B do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar Para os todos os itens dos lotes I e II, folders, catálogos, manuais e/ou ficha técnica do produto, na forma e no prazo estipulado no item 12.3 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;

- e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomar a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI²: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira³: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.⁴

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.⁵

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14. 4. Qualificação Econômico-Financeira:

14. 4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples;

14. 4..2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14. 4..2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14. 4..2.2. A certidão descrita no item 14. 4..2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14. 4..2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5. Declarações complementares:

14.5.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.5.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.5.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.5.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.5.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.6.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.6.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.6.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.6.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.6.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.6.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.6.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.6.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.6.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.6.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.6.3.1. Se os documentos indicados no item 14.6.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também

apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.6.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.6.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.6.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.6.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.6.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.6.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.6.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.6.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.6.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação.

A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior

economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.6.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.6.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.6.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.6.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.6.7.

14.6.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.6.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.4. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou retirada da Ordem de Fornecimento poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 19.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 18.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

19.1.3.6. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: ⁶

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais)⁷ e o máximo de R\$

⁶ De acordo com o art. 156, §2º, da 14.133, a sanção de advertência aplica-se exclusivamente às hipóteses de inexecução do contrato, incabível em sede de processo licitatório.

100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9: de 03 a 6 anos.

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 19.5 e 19.6. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

⁷ Nas situações em que são previstos limites financeiros mínimos, faz-se necessário comparar o valor estabelecido na cláusula correspondente com o montante estimado na licitação, de modo que não se poderia cominar multa mínima desproporcional ao porte da licitação.

19.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II - Declarações complementares;
- d) Anexo III - Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos) e da Ordem de Fornecimento.

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, "a", da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 06 de Janeiro de 2026

Danielle Dourado Oliveira Amazonas de Miranda

AC77/ pregoeira

PROCESSO COMPRAS.GOV Nº 90001
PROCESSO LICITATÓRIO - PE INTEGRADO Nº 0001.2026.AC 77.PE.0001.SAD.SASSEPE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026
PROCESSO SEI Nº 0030320689.000007/2025-26

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 0030320689.000007/2025-26

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

Fornecimento de Licenças de Software, Fitas Magnéticas e Unidades de Fitas para Backup e Armazenamento, visando atender as necessidades do Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco (IASSEPE). Conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, e neste Termo de Referência.

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lotes e descritos conforme o anexo D deste Termo de Referência.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 2 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 7 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 16 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 11 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que os itens licitados consistem em bens pa-

dronizados, amplamente disponíveis no mercado, como licenças de software, fitas magnéticas e unidades de fitas para backup e armazenamento, cuja entrega não demanda soluções integradas nem alto grau de especialização técnica. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois o valor estimado não ultrapassa os limites usualmente praticados para compras dessa natureza, tratando-se de aquisição comum e recorrente no âmbito da Administração Pública.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que a natureza do objeto a ser contratado não se compatibiliza com a forma de atuação das cooperativas.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que o objeto contratado envolve o fornecimento de bens de natureza comercial, cuja execução exige requisitos específicos que são incompatíveis com pessoas físicas. Além disso, a participação de pessoas físicas pode comprometer a adequada fiscalização contratual e dificultar o atendimento às exigências legais relativas à responsabilidade técnica, garantia e rastreabilidade do fornecimento.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar E/OU produtor rural na presente licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não se enquadra nas atividades econômicas próprias do meio rural, tampouco está relacionado à produção agropecuária ou ao fornecimento de gêneros alimentícios. Assim, sua participação seria incompatível com a finalidade econômica e jurídica dessas categorias, o que comprometeria a regularidade da contratação e o atendimento aos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1. Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo D), para a aquisição do objeto, deve-se observar as seguintes especificações:

- **Lote 1, Item 1 - Licença de Uso de Software Windows Server Standard per Core (2 Licenças) com Software Assurance**

a)DESCRIÇÃO:

Deverão ser ofertadas licenças originais do sistema operacional Windows Server Standard no modelo per core, incluindo Software Assurance do tipo perpetua.

b)ESPECIFICAÇÃO:

Por se tratar de contratação de licença de software, a especificação é o próprio código da licença junto ao fabricante.

c) RESTRIÇÃO DE USO:

As licenças deverão ser utilizadas exclusivamente em servidores físicos ou virtuais sob responsabilidade da contratante.

d)CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

As licenças devem corresponder ao código P7H-00001 (ou código vigente conforme atualização do fabricante).

e)TIPO DE LICENCIAMENTO:

A unidade da licença ofertada deverá contemplar o licenciamento por processador (socket) físico, utilizado exclusivamente em ambientes virtuais.

f)MODALIDADE DE LICENCIAMENTO:

Deverão ser ofertadas licenças na modalidade perpétua, garantindo que o direito de uso do software permaneça em posse da CONTRATANTE, mesmo após encerrados os contratos de suporte (Software Assurance) e atualização de versão.

g)QUANTIDADE:

48 (quarenta e oito) LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER STANDARD PER CORE *2* LICENSES atendendo à estimativa de 96 (cento e quarenta) núcleos de processamento, tendo em vista que nossa estrutura possui dois servidores com 48 núcleos cada.

h) Cálculo de núcleos

Servidor 01: 40 núcleos (2 processadores físicos com 20 núcleos cada), Servidor 02: 48 núcleos (2 processadores físicos com 24 núcleos cada), Total físico: 88 (oitenta e oito) núcleos

Acrescentam-se 52 (cinquenta e duas) licenças para contingência operacional, 140 (cento e quarenta) núcleos licenciáveis, 70 (setenta) licenças.

i) APLICABILIDADE:

As licenças deverão ser registradas no serviço de gerenciamento de licenças (VLSC - Volume Licensing Service Center), vinculadas ao domínio ou ambiente da CONTRATANTE, sob identificação única (Volume License Key).

j) FABRICANTE:

Todos os componentes do software deverão ser originais, sem modificações ou versões de terceiros.

- **Lote 1, Item 2 – Licença de Uso de Software Windows Server 2022 SNGL MVL DEVICE CAL**

a) DESCRIÇÃO:

Deverão ser ofertadas licenças originais Client Access License (CAL) do tipo Device CAL, na modalidade Multi-Volume Licensing (MVL), para acesso ao Windows Server 2022 Standard ou Datacenter.

b) ESPECIFICAÇÃO:

Por se tratar de contratação de licença de software, a especificação é o próprio código da licença junto ao fabricante.

c) RESTRIÇÃO DE USO:

As licenças deverão ser utilizadas exclusivamente para dispositivos (e.g., computadores, tablets, smartphones) que acessem serviços, arquivos ou aplicações hospedadas em servidores licenciados com Windows Server 2022 sob responsabilidade da CONTRATANTE.

d) CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

As licenças devem corresponder ao catálogo oficial, registradas sob o código V9D-00003 (ou código vigente conforme atualização do fabricante).

e) TIPO DE LICENCIAMENTO:

Device CAL: Licenciamento por dispositivo físico, independente do número de usuários que o utilizem, MVL (Multi-Volume Licensing): Aquisição em volume, com registro centralizado no VLSC.

f)MODALIDADE DE LICENCIAMENTO:

Deverão ser ofertadas licenças na modalidade perpétua, garantindo o direito de uso permanente, sem necessidade de renovação, exceto para atualizações de versão ou suporte estendido.

g)QUANTIDADE

350 (trezentos e cinquenta) licenças tendo em vista que iremos usar para nossos dispositivos (computadores e impressoras)

h)APLICABILIDADE:

As licenças deverão ser registradas no Volume Licensing Service Center (VLSC), vinculadas à CONTRATANTE sob um Agreement Number único.

i)FABRICANTE:

Todos os componentes do software deverão ser originais, sem modificações ou versões de terceiros.

- **Lote 1, Item 3 – Licença de Uso de Software Windows Server 2022 SNGL MVL USER CAL**

a)DESCRIÇÃO:

Deverão ser ofertadas licenças originais Client Access License (CAL) do tipo User CAL, na modalidade Multi-Volume Licensing (MVL), para acesso ao Windows Server 2022 Standard.

b)ESPECIFICAÇÃO:

Por se tratar de contratação de licença de software, a especificação é o próprio código da licença junto ao fabricante.

c)RESTRIÇÃO DE USO:

As licenças deverão ser utilizadas exclusivamente para usuários que acessem serviços, arquivos ou aplicações hospedadas em servidores licenciados com Windows Server 2022 sob responsabilidade da CONTRATANTE.

d)CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

As licenças devem corresponder ao catálogo oficial, registradas sob o código V9F-00003 (ou código vigente conforme atualização do fabricante).

e)TIPO DE LICENCIAMENTO:

User CAL: Licenciamento por usuário único, permitindo acesso a partir de múltiplos dispositivos.

MVL (Multi-Volume Licensing): Aquisição em volume, com registro centralizado no VLSC.

f)MODALIDADE DE LICENCIAMENTO:

Deverão ser ofertadas licenças na modalidade perpétua, garantindo o direito de uso permanente, sem necessidade de renovação, exceto para atualizações de versão ou suporte estendido.

g)QUANTIDADE:

320 (trezentos e vinte) licenças, considerando o número de usuários ativos que acessarão os servidores.

h)APLICABILIDADE:

As licenças deverão ser registradas no Volume Licensing Service Center (VLSC), vinculadas à CONTRATANTE sob um Agreement Number único.

i)FABRICANTE:

Todos os componentes do software deverão ser originais, sem modificações ou versões de terceiros.

- **Lote 1, Item 4 – Licença de Uso de Software Commvault Complete Backup & Recovery para Ambientes Não-Virtualizados e Arquivos (por Terabyte Front-End)**

a) DESCRIÇÃO:

Deverão ser licenciados terabytes de capacidade front-end do software Commvault Complete Backup & Recovery, em modalidade perpétua, para proteção de ambientes não-virtualizados (servidores físicos) e arquivos, incluindo suporte técnico 24x7 por 60 meses. A solução deve ser original e cobrir: Backup, recuperação e replicação de dados, Gerenciamento centralizado via Commvault Command Center, Relatórios de compliance e auditoria

b)ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

Métrica de licenciamento: Por terabyte (TB) de capacidade front-end (dados brutos antes de deduplicação/compressão), Cobertura: Ambientes físicos (Windows/Linux/Unix) e sistemas de arquivos (NAS/SAN), Recursos obrigatórios: Deduplicação global (source & target), Criptografia AES 256-bit em trânsito e em repouso, Integração com storages (via SnapProtect)

c)RESTRIÇÃO DE USO:

As licenças são não-transferíveis e restritas à infraestrutura física da CONTRATANTE. Proibida a utilização em ambientes virtualizados (ex.: VMs, containers) sem licenciamento adicional.

d) CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

Commvault P/N: CVLT-CMPL-PHY-TB (ou equivalente vigente para licença perpétua por TB front-end)

e) TIPO DE LICENCIAMENTO:

Modalidade: Perpétua (uso ilimitado no tempo), Suporte: Software Maintenance (incluindo atualizações e patches) por 60 meses (5 anos), com SLA 24x7, Métrica: 1 licença por TB front-end.

f) GARANTIA DE PERFORMANCE:

Recuperação de dados: Mínimo de 95% de sucesso em testes anuais, SLA de suporte: Resposta em até 1 hora para críticos (P1)

g) QUANTIDADE:

1 (uma) licenças de 1 TB front-end, totalizando 1 TB de capacidade licenciada.

h) APLICABILIDADE:

Registro: Ativação via Commvault License Portal sob domínio da CONTRATANTE. Escopo: Exclusivo para servidores físicos e arquivos (excluindo backups de VMs, bancos de dados ou aplicações)

• **Lote 2, Item 5 – Fita Magnética LTO Ultrium 8 (12/30 TB)**

a) DESCRIÇÃO:

Deverão ser fornecidas fitas magnéticas de alta capacidade, modelo LTO Ultrium 8, com tecnologia Linear Tape-Open (LTO), compatíveis com drives LTO-8 e LTO-9 (leitura reversível), com capacidade nativa de 12 TB e capacidade comprimida de até 30 TB (taxa 2.5:1).

b) ESPECIFICAÇÃO:

Formato: LTO Ultrium 8, Capacidade (nativa/comprimida): 12 TB / 30 TB, Velocidade de transferência (nativa): até 360 MB/s, Compatibilidade: Leitura em LTO-7 e gravação em LTO-8, Vida útil estimada: 30 anos (armazenamento adequado)

c) RESTRIÇÃO DE USO:

As fitas deverão ser utilizadas exclusivamente em sistemas de backup e armazenamento sob responsabilidade da CONTRATANTE.

d) CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

Deverá corresponder ao padrão do fabricante

f) TIPO DE MÍDIA:

Tipo: Cartucho de fita magnética particionada (LTO Ultrium 8 com WORM opcional), Tecnologia: BaFe (Bário-Ferrito) para alta durabilidade

g) DURABILIDADE:

Ciclo de gravação/leitura: Até 20.000 passadas completas, MTBF: > 250.000 horas (em condições controladas)

h) QUANTIDADE:

5 (cinco) unidades, embaladas individualmente em estojo antistático.

i) COMPATIBILIDADE:

Deverão ser compatíveis com: Drives LTO-8 de qualquer fabricante, Bibliotecas de fitas com slots LTO-8

- Lote 2, Item 6 – Unidade de Fita Externa LTO-8 Ultrium 30750

a) DESCRIÇÃO:

Deverá ser fornecida **unidade de fita externa LTO-8 Ultrium 30750**, compatível com cartuchos LTO-8 e LTO-9 (leitura), para operação via interface **SAS 12Gb/s ou USB 3.0**, destinada a backups de alta capacidade e armazenamento offline.

b) ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

Capacidade (nativa/comprimida): Até 12 TB / 30 TB (taxa 2.5:1), Velocidade (nativa/comprimida): Até 300 MB/s / 750 MB/s, Interface: SAS 12Gb/s (compatível com 6Gb/s) e USB 3.0, Taxa de transferência sustentada: Mínimo de 160 MB/s em fluxo contínuo, Tecnologia: LTO Ultrium 8 com suporte a WORM (Write Once Read Many) e criptografia AES 256-bit

c) RESTRIÇÃO DE USO:

A unidade deverá ser utilizada exclusivamente em ambientes controlados (temperatura: 10°C a 35°C; umidade: 20% a 80% não condensada)., Proibido o desmonte ou uso em sistemas não autorizados pelo fabricante.

d) CÓDIGO DE PRODUTO (PART NUMBER):

Deverá corresponder ao modelo do fabricante, como os seguintes exemplos:

IBM: 46X2007, HP: EH960A, Quantum: LTO-8 HH SAS (ou equivalente vigente)

f) TIPO DE UNIDADE:

Formato: Half-height (HH) para racks ou desktops, Mecanismo: LTO-8 Ultrium com sistema de auto-limpeza

g) DURABILIDADE:

MTBF (Mean Time Between Failures): Mínimo de 250.000 horas, Ciclo de vida útil: Até 50.000 horas de operação contínua

h) QUANTIDADE:

1 (Uma) unidades, acompanhadas de: Cabos SAS/USB 3.0, Software básico de gerenciamento (driver compatível com Windows/Linux)

i) COMPATIBILIDADE:

Sistemas operacionais: Windows Server 2016+, Linux RHEL 7+, VMware ESXi 6.7+, Cartuchos: LTO-8 (gravação/leitura) e LTO-9 (apenas leitura), Bibliotecas de fita: Compatível com autoloaders e robôs de backup padrão LTO-8

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes sobre o objeto e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1 O prazo de garantia do objeto deverá ser de Caráter perpétuo para o lote 1 e para o lote 2 de no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Quanto ao lote 1, será Conferido à CONTRATANTE o direito de uso permanente e irrestrito das soluções adquiridas, sem limitação temporal ou necessidade de renovação periódica.

3.2.2 Para o LOTE 1, desta contratação, as licenças são do tipo perpétua, conferindo à CONTRATANTE o direito de uso permanente e irrestrito das soluções adquiridas, sem limitação temporal ou necessidade de renovação periódica.

3.2.2.1 O período de Software Maintenance & Support para o COMMVAULT (60 meses) e, se aplicável, para outras licenças, constitui garantia contratual essencial.

3.2.2.2. O suporte técnico deve ser fornecido diretamente pelo fabricante (Commvault) ou por seu canal autorizado, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano).

3.2.2.3 O suporte técnico deve assegurar um tempo de resposta de até 4

(quatro) horas. Tempo de resposta é definido como o intervalo máximo entre o registro da solicitação de suporte e o primeiro contato efetivo da equipe de suporte técnico do fabricante/fornecedor com o órgão, visando o diagnóstico do problema.

3.2.2.4 Caso o problema não possa ser resolvido remotamente, o suporte deve assegurar o envio de um técnico especializado para atendimento presencial (Onsite), se necessário para a resolução.

3.2.2.5 O fabricante/fornecedor deve disponibilizar uma Central de Atendimento com ligação gratuita (ou via web) e um sistema online para abertura, acompanhamento e gerenciamento de chamados (tickets).

3.2.2.6 Para as licenças Windows Server e CALs, a validade e os direitos de suporte/atualização (Software Assurance, se incluída) devem estar claramente documentados e ativos no portal oficial da Microsoft (VLSC - Volume Licensing Service Center) em nome do órgão licitante.

3.2.2.7 A licitante deve anexar à sua proposta documentação oficial do fabricante ou do distribuidor autorizado que comprove:

- * a) O caráter perpétuo das licenças COMMVAULT.
- * b) A vigência de 60 meses do Software Maintenance & Support para o COMMVAULT.
- * c) A validade e legalidade das licenças Windows Server e CALs.
- * d) Os Part Numbers (SKUs) exatos de todos os itens de licenciamento e suporte ofertados.

3.2.2.8 Serão aceitas apenas documentações oficiais, como citações comerciais (quotations), formulários de cotação do fabricante, certificados de licenciamento, ou prints de sistemas oficiais de cotação, desde que contenham, obrigatoriamente, as informações exatas dos modelos, Part Numbers e prazos de suporte.

3.2.2.9 A licitante deve especificar e detalhar em sua proposta, em tabela própria, todas as garantias, licenças e serviços complementares ofertados, listando os respectivos Part Numbers (SKUs) e descrições.

3.2.2.10 O fabricante/fornecedor deve disponibilizar, de forma comprovada, acesso a um portal oficial de gerenciamento de licenças (ex: Portal Commvault, Microsoft VLSC). Esse portal deve permitir, mediante fornecimento do Número da Contrato/Licença ou License Key, a consulta e verificação:

- * Da validade das licenças.
- * Do período de Software Maintenance & Support ativo.
- * Das configurações cobertas.

3.2.2.11 Na entrega/ativação das licenças, será obrigatória a verificação no portal oficial do fabricante de que todos os itens (licenças perpétuas e suporte de 60 meses) estão devidamente registrados em nome do órgão licitante.

3.2.2.12 Caso as licenças ou o período de suporte não estejam registrados conforme exigido, os itens não serão aceitos e a licitante estará sujeita às pe-

nalidades previstas no edital, incluindo a possível desclassificação para o item.

3.2.2.13 A licitante que não cumprir qualquer uma das exigências de licenciamento, suporte e comprovação especificadas acima será desclassificada do item.

3.2.3 Para o LOTE 2, A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3.1 Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.2.3.2 O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

3.2.3.4 Para o Lote 2, Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituto deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.2.3.5 Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE.

- 15 dias para trocas temporárias
- 30 dias para trocas definitivas

3.3. EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega(s) bem(ns) será realizada de forma imediata, em remessa única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.2. A entrega será realizada na Rua Henrique Dias, S/N, Boa Vista, Recife/PE, na Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC, do(s) telefone(s) 3183-4768, no horário das 07h às 17h e em dias úteis

de segunda-feira a sexta-feira ou pelo e-mail suporte@iassepe.pe.gov.br, onde os materiais serão conferidos e recebidos;

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

3.3.4. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução;

3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 dias úteis, contados da no-

PROGRAMA DE TRABALHO: 10.302.0141.0299.2571

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90

FONTE DE RECURSO: 0500

VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 355.406,0300

4.3. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos **lotes** forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que o lote 02 desta licitação possui valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais, será este considerado de participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

4.3.3. Em relação ao inciso III, do art. 48, da Lei Complementar já citada acima, em que pese os valores dos LOTE 1 seja superiores à 80 mil reais cada, a natureza desses bens não é divisível, restando, assim, prejudicada a divisão do presente objeto em cotas reservadas para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5. DA LICITAÇÃO

5.1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega IMEDIATA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto. Utilizou-se o modo de disputa aberto por entender que este promove uma maior disputa entre os licitantes e, conseqüentemente, tem o maior potencial de alcançar melhores preços para a Administração.

5.1.4.

A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os itens licitados consistem em bens padronizados, amplamente disponíveis no mercado. Utilizou-se o modo de disputa aberto por entender que este promove uma maior disputa entre os licitantes e, conseqüentemente, tem o maior potencial de alcançar melhores preços para a Administração.

5.2. PROPOSTA

5.2.1. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

5.2.2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.1.2. Para os todos os itens dos lotes I e II, as propostas enviadas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos: apresentação de folders, catálogos, manuais e/ou ficha técnica do produto.

5.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.1.1 As disposições sobre qualificação econômico-financeira aplicáveis à licitação estão previstas no Edital da presente contratação

6. DO CONTRATO

6.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

6.1.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

6.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

6.2.1 Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.2.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

6.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.3.1. As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.4.1 As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

6.5. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.5.1. Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), pelas seguintes razões expostas neste termo de referência. Não será exigida garantia contratual, considerando a baixa complexidade do objeto E baixo vulto e visando evitar restrições à competitividade, conforme os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

6.6. DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

6.6.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

6.7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.7.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

6.7.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de endereço eletrônico, telefone ou whatsapp, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

6.7.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Rua Henrique Dias S/N. Derby.

6.7.4. A Gestão da contratação ficará a cargo do Coordenador de Suporte do IASSEPE.

6.7.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo da Coordenadora de Contratos de Tecnologia do IASSEPE.

7. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

7.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

8. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

8.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

8.1.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A - Modelo de Ordem de fornecimento

Anexo B - Modelo de Proposta

Anexo C - Estudo Técnico Preliminar de TIC

Anexo D - Quadro Resumo

Recife, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do servidor responsável

Matrícula

Cargo

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

VERSÃO DO MODELO DA SAD

27/06/2025

ANEXO A

Modelo de Ordem de fornecimento

Referente à NOTA DE EMPENHO n° _____

OBJETO:

Item	Material	CÓDIGO DO E-FISCO	Quantidade (Unidade de Fornecimento)
01			
02			
03			
(...)			

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

OBSERVAÇÃO: No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato for dispensado, as infrações e sanções gerais e específicas encontram-se no Termo de Referência.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável

ANEXO B

MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

Itens/Lote	Código E-fisco	Descrição	Unid	Valor Unitário Máximo	Qtde	Valor Total
1						
2						
3						
VALOR TOTAL DO LOTE X:						

A validade da proposta será de, no mínimo, ____ (_____) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Observação: A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

Data/Nome e assinatura do responsável

ANEXO C

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DE TIC

Planejamento de Contratações de Soluções de TIC

Processo Administrativo nº SEI 0030320689.000007/2025-26**Aquisição de Licenças de Software, Fitos Magnéticas e Unidades de Fitos para Backup e Armazenamento****Histórico de Revisões**

Data	Versão	Descrição	Autor
26/05/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Laura Almeida Julio Neves Valdemir Silva
08/10/2025	2.0	Segunda versão do documento com ajustes	Laura Almeida Julio Neves Valdemir Silva
17/11/2025	3.0	Terceira versão do documento com ajustes	Laura Almeida Julio Neves Valdemir Silva

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE TIC**1. PREÂMBULO**

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identi-

ficadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Este documento visa a identificação clara e a análise abrangente das necessidades de contratação, assegurando que todas as ações estejam alinhadas com o interesse público e sejam embasadas em sólidas justificativas técnicas e econômicas.

Como instrumento preliminar, o ETP orienta a elaboração do Termo de Referência - TR ou de outros artefatos necessários ao processo licitatório, caso a viabilidade da contratação seja confirmada. Seu propósito principal é garantir que todas as possíveis soluções para uma demanda registrada sejam meticulosamente exploradas e avaliadas, permitindo uma decisão informada e otimizada sobre a continuidade das etapas de contratação.

Este estudo é elaborado colaborativamente por representantes da área técnica e da área requisitante, e, se aplicável, pela equipe de planejamento da contratação, assegurando uma abordagem multidisciplinar que contempla todas as facetas da contratação proposta.

A realização deste ETP é obrigatória conforme o art. 7º, inciso I do Decreto Estadual nº 53.384/2022, por se tratar de contratação de solução de TIC.

Fundamentação:

- Art. 6º, XX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012;
- Art. 6º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 7º, §§ 3º, 4º, 5º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 9º, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Instituto de Atenção à Saúde e Bem-estar dos Servidores do Estado de Pernambuco (IASSEPE) necessita adquirir licenças de software, fitas magnéticas e unidades de fitas para backup e armazenamento, visando garantir a integridade, disponibilidade e segurança dos dados institucionais, bem como a atualização tecnológica de suas soluções de TI. Esta aquisição é motivada por dois

fatores principais: a recente compra de novos servidores para o datacenter do IASSEPE, que demandam o devido licenciamento e soluções adequadas de backup e armazenamento; e o iminente encerramento do contrato de manutenção dos atuais equipamentos e licenças, que já se encontram em estado avançado de obsolescência tecnológica.

Do problema a ser resolvido:

A infraestrutura atual de TI do IASSEPE apresenta deficiências em relação à capacidade de armazenamento, backup de dados e licenciamento de software, comprometendo a segurança da informação, a conformidade com normas de proteção de dados e a continuidade dos serviços oferecidos aos servidores do Estado. Os equipamentos existentes estão significativamente defasados tecnologicamente, e a renovação do contrato de manutenção já não representa uma opção economicamente viável, considerando o custo-benefício e os riscos operacionais envolvidos. Com a aquisição de novos servidores e o encerramento do atual contrato de manutenção, torna-se imperativa a atualização das licenças e equipamentos de backup para garantir o pleno funcionamento da infraestrutura renovada.

Dos atores interessados:

1. Servidores do Estado atendidos pelo SASSEPE
2. Setor de Tecnologia da Informação do Instituto
3. Gestores e colaboradores que utilizam os sistemas institucionais

Do interesse público a ser atendido:

A contratação visa garantir a continuidade, disponibilidade e segurança dos serviços públicos prestados pelo IASSEPE e SASSEPE aos servidores estaduais, por meio da modernização da infraestrutura tecnológica e adequação às exigências de segurança da informação.

Resultados e benefícios esperados:

1. Modernização da infraestrutura de TI
2. Garantia da integridade e disponibilidade dos dados
3. Aumento da segurança da informação
4. Conformidade com normas de proteção de dados
5. Continuidade dos serviços prestados aos servidores estaduais
6. Melhoria na performance dos sistemas institucionais

7. Redução do risco de perda de dados**Fundamentação:**

- Art. 18º, § 1º c/c § 2º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificação da Área requisitante	Nome do responsável
COSUP	Valdemir José Rufino da Silva

Identificação da Área técnica	Nome do responsável
COSUP	Valdemir José Rufino da Silva

Fundamentação:

- Art. 4º, § 5, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Art. 6º, da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024;

4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

A aquisição está prevista no Planejamento de TIC do órgão, assim como está no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 do instituto, através dos Documentos de Formalização da Demanda:

- DFD.1715.SASSEPE/2025
- DFD.2003.SASSEPE/2025

- DFD.2004.SASSEPE/2025
- DFD.2005.SASSEPE/2025

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 2º-G, da Lei nº 12.985, de 02 de janeiro de 2006;
- Art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;
- Decreto nº 55.861, de 28 de novembro de 2023
- Art. 8º, Portaria Conjunta SAD/PGE nº 97, de 14 de dezembro de 2023;

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação deve considerar a compatibilidade com a infraestrutura existente no IASSEPE.
- As licenças e equipamentos devem ser adquiridos com garantia e suporte técnico.
- A entrega dos itens deve ser feita na sede do IASSEPE, em Recife-PE.
- Os fornecedores devem comprovar capacidade técnica para fornecer os itens especificados.
- As licenças devem ser perpétuas com direito a atualizações durante o período de suporte

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso III, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

5.1. PREMISSAS

- A aquisição possui uma previsão orçamentária no valor de R\$ 752.500,00

- Os atuais equipamentos do órgão e as futuras aquisições serão compatíveis com a solução.
- Os agentes públicos do órgão possuem uma capacitação mínima para a utilização da solução.
- A demanda obterá a aprovação das instâncias superiores do órgão.

5.2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

Identificador da NN	Descrição	Origem
NN 01	Garantir a integridade e disponibilidade dos dados institucionais.	COSUP/SUTIC
NN 02	Aumentar a capacidade de armazenamento e backup.	COSUP/SUTIC
NN 03	Atualizar as licenças de software para manter conformidade legal.	COSUP/SUTIC
NN 04	Permitir a recuperação de dados em caso de falhas ou desastres.	COSUP/SUTIC

5.3. NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

Identificador da NT	Descrição	Origem
NT 01	Aquisição de Licenças de Software	COSUP/SUTIC
NT 02	Aquisição de Unidades de Fitos para Backup e Armazenamento	COSUP/SUTIC

NT 03	Aquisição de Fitas Magnéticas	COSUP/SUTIC
-------	-------------------------------	-------------

5.4. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

Para a contratação em tela, se faz necessário o cumprimento dos requisitos abaixo:

REQUISITOS DE LICENÇAS DE SOFTWARE

Item 1: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER STANDARD PER CORE 2 LICENSES COM SOFTWARE ASSURANCE

- Tipo: Perpétua
- Modalidade: Software Assurance (SA)
- Versão: 2022 ou superior
- Quantidade de núcleos licenciados por pacote: 2
- Direito a atualizações durante a vigência do SA
- Compatibilidade com os novos servidores adquiridos pelo IASSEPE
- Gerenciamento centralizado com os demais sistemas Microsoft
- Suporte para ambientes virtualizados

Item 2: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL DEVICE CAL

- Tipo: Licença de acesso cliente por dispositivo (Device CAL)
- Versão: 2022 ou superior
- Plataforma: Windows
- Modalidade: Microsoft Volume Licensing (MVL)
- Compatibilidade com o Windows Server Standard 2022
- Possibilidade de migração entre servidores quando necessário

Item 3: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL USER CAL

- Tipo: Licença de acesso cliente por usuário (User CAL)
- Versão: 2022 ou superior
- Plataforma: Windows

- Modalidade: Microsoft Volume Licensing (MVL)
- Compatibilidade com o Windows Server Standard 2022
- Permissão para usuários acessarem o servidor a partir de múltiplos dispositivos

Item 4: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE - COMMVAULT COMPLETE BACKUP & RECOVERY

- Tipo: Perpétua
- Aplicação: Ambientes não-virtualizados e arquivos
- Métrica de licenciamento: Por Terabyte de Front-End
- Suporte técnico: 24x7 por 60 meses
- Recursos necessários:
 - Backup centralizado para ambientes físicos e virtuais
 - Políticas de retenção configuráveis
 - Compressão e de duplicação de dados
 - Criptografia de dados em repouso e em trânsito
 - Compatibilidade com unidades de fita LTO-8
 - Interface de gerenciamento unificada
 - Relatórios detalhados de operações de backup
 - Capacidade de recuperação granular
 - Integração com Active Directory
 - Compatibilidade com aplicações do IASSEPE

REQUISITOS DE EQUIPAMENTOS DE BACKUP

Item 5: FITA MAGNÉTICA - TECNOLOGIA LTO, MODELO ULTRIUM 8

- Capacidade: 12 TB nativa / 30 TB comprimida
- Compatibilidade: Unidades de leitura/gravação LTO-8 e superiores
- Tecnologia: Linear Tape-Open (LTO)
- Geração: Ultrium 8
- Durabilidade: Mínimo de 30 anos para arquivamento
- Resistência a condições ambientais adversas
- Marca de referência de mercado

Item 6: UNIDADE DE FITA EXTERNA LTO-8 ULTRIUM

- Modelo: LTO-8 Ultrium
- Compatibilidade: Fitas LTO-7, LTO-8

- Interface: SAS de 6 Gb/s
- Taxa de transferência: 300 MB/s (nativa)
- Capacidade: 12 TB (nativa) / 30 TB (comprimida)
- Buffer: Mínimo de 1 GB
- Compatibilidade com sistemas operacionais Windows Server
- Formato: Externo (standalone)
- Recursos de criptografia de hardware
- Compatibilidade com WORM (Write Once Read Many)
- Garantia mínima de 36 meses

REQUISITOS GERAIS

1. Requisitos de Negócio:

- Garantia de integridade dos dados
- Capacidade adequada de armazenamento para os próximos 5 anos
- Compatibilidade com a infraestrutura existente e novos servidores
- Suporte técnico e garantia abrangentes

2. Requisitos Tecnológicos:

- Licenças e equipamentos que permitam escalabilidade
- Alta taxa de transferência para operações de backup e restauração
- Tecnologias com ciclo de vida estendido, evitando obsolescência precoce
- Integração com sistemas de monitoramento existentes

3. Requisitos Legais:

- Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- Atendimento às normas de segurança da informação do Estado
- Licenciamento legal de software
- Atendimento às políticas de controle de acesso

4. Requisitos de Suporte:

- Suporte técnico 24x7 para a solução de backup
- Garantia on-site para todos os componentes
- Capacitação para a equipe técnica
- Disponibilidade de peças de reposição

Fundamentação:

- Art. 41º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição através de processo licitatório
2	Aquisição através de adesão a Ata de registro de preços

Solução 1: Aquisição através de processo licitatório com divisão por lotes

Esta solução contempla a realização de um pregão eletrônico para a aquisição das licenças de software Microsoft, software de backup Commvault, fita magnética e unidades de fita, conforme especificados na planilha de itens. A divisão em lotes permitirá selecionar os melhores fornecedores para cada categoria de itens, aumentando a competitividade e potencialmente resultando em melhores preços.

Solução 2: Aquisição através de adesão a Ata de Registro de Preços existente

Esta solução contempla a adesão a Atas de Registro de Preços existentes que contenham os itens necessários para a contratação. Esta modalidade poderia, em tese, agilizar o processo de aquisição, eliminando a necessidade de realização de licitação própria.

No entanto, após pesquisa detalhada, não foi encontrada nenhuma Ata de Registro de Preços vigente que contemplasse todos os itens necessários para esta contratação. A alternativa de fragmentar a aquisição em múltiplas adesões a diferentes Atas foi considerada, mas apresentou as seguintes desvantagens:

- Aumento significativo da carga administrativa para elaborar e gerenciar vários processos de contratação simultâneos
- Potencial aumento no prazo total para conclusão de todas as aquisições
- Risco de preços mais elevados devido à perda de economia de escala

- Dificuldades de integração entre componentes adquiridos de fornecedores distintos
- Complexidade adicional na gestão de múltiplos contratos com cronogramas diferentes

Considerando estas limitações, concluiu-se que a Solução 2 não atende adequadamente às necessidades para esta contratação específica. Portanto, o foco da análise detalhada será na Solução 1.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Com base na análise das necessidades do IASSEPE quantidades a serem contratadas são:

OBJETO	E-FISCO	QTD
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER STANDARD PER CORE 2 LICENSES COM SOFTWARE ASSURANCE, TIPO PERPETUA, COM ATUALIZACAO	603098-0	48
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL DEVICE CAL, VERSAO 2022 OU SUPERIOR, PLATAFORMA WINDOWS	578976-1	350
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL USER CAL, VERSAO 2022 OU SUPERIOR, PLATAFORMA WINDOWS	578975-3	320
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO SOFTWARE COMMVAULT COMPLETE BACKUP & RECOVERY PARA AMBIENTES NAO-VIRTUALIZADOS E ARQUIVOS, POR TERA BYTE DE FRONT-END, NA MODALIDADE PERPETUA E SUPORTE 24X7 POR 60 MESES	581375-1	1
FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO, COM CAPACIDADE DE 12/30 TB, MODELO ULTRIUM 8	496966-9	5

UNIDADE DE FITA EXTERNA LTO-8 ULTRIUM

604905-2

1

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base nas informações constantes do documento nº 74887430, que apresenta os parâmetros utilizados para o dimensionamento das necessidades, além da aquisição de novos servidores, constantes no processo de aquisição: 0030308088.000027/2025-71. Os critérios adotados foram os seguintes:

1. **Licenças Windows Server Standard:** Quantidade baseada no número de servidores físicos e virtuais em operação e planejados para expansão.
2. **Licenças Windows Server CAL (Device e User):** Quantidade baseada no número de dispositivos e usuários que acessam os servidores Windows.
3. **Licença Commvault:** Baseada na necessidade de backup para o volume de dados atual e projetado.
4. **Fita magnética:** Quantidade estimada para atender à política de backup e retenção de dados do IASSEPE.
5. **Unidades de fita:** Quantidade necessária para substituir equipamentos obsoletos e garantir redundância.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 24º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Requisitos		Cenários	
		Cenário 1	Cenário 2
Negócio	Garantir a integridade e disponibilidade dos	atende	atende/não atende

	dados institucionais.		
	Aumentar a capacidade de armazenamento e backup.	atende	atende/não atende
	Atualizar as licenças de software para manter conformidade legal.	atende	atende/não atende
	Permitir a recuperação de dados em caso de falhas ou desastres.	atende	atende/não atende
Tecnológico	Aquisição de Licenças de Software	atende	atende/não atende
	Aquisição de Unidades de Fitas para Backup e Armazenamento	atende	atende/não atende
	Aquisição de Fitas Magnéticas	atende	atende/não atende
Resultado da Análise		viável	inviável

A Solução 1 (Aquisição através de pregão eletrônico com divisão por lotes) atende plenamente a todos os requisitos técnicos e de negócio estabelecidos. A divisão em lotes específicos permitirá que fornecedores especializados participem do certame, potencialmente aumentando a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como proporcionando melhores preços através da competição ampliada.

9. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

A Solução 2 (Aquisição através de adesão a Ata de Registro de Preços existente) foi considerada inviável pelos seguintes motivos:

1. **Ausência de Atas abrangentes:** Não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes que contemplassem todos os itens necessários para esta contratação específica.
2. **Fragmentação prejudicial:** A alternativa de fragmentar a aquisição em múltiplas adesões a diferentes Atas apresentaria as seguintes desvantagens:
 - Sobrecarga administrativa para gerenciar vários processos de contratação simultâneos
 - Aumento no prazo total para conclusão de todas as aquisições
 - Potencial elevação de preços devido à perda de economia de escala
 - Riscos de problemas de integração entre componentes de diferentes fornecedores
 - Complexidade na gestão de múltiplos contratos com cronogramas distintos

Portanto, conclui-se que a Solução 2 não é viável para atender às necessidades desta contratação de forma eficiente e econômica.

10. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

10.1. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Solução Viável 1 – Aquisição através de processo licitatório				
Ano -->	1	2	3	N
Item				
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER STANDARD PER CORE 2 LICENSES COM SOFTWARE ASSURANCE, TIPO PERPETUA, COM ATUALIZACAO	R\$ 66.096,00			
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL DEVICE	R\$ 60.718,00			

CAL,VERSAO 2022 OU SUPERIOR,PLATAFORMA WINDOWS				
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL USER CAL,VERSAO 2022 OU SUPERIOR,PLATAFORMA WINDOWS	R\$ 115.395,20			
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO SOFTWARE COMM-Vault COMPLETE BACKUP & RECOVERY PARA AMBIENTES NAO-VIRTUALIZADOS E ARQUIVOS,POR TERABYTE DE FRONT-END,NA MODALIDADE PERPETUA E SUPORTE 24X7 POR 60 MESES	R\$ 50.000,00			
FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO,COM CAPACIDADE DE 12/30 TB,MODELO ULTRIUM 8	R\$ 2.890,00			
UNIDADE DE FITA EXTERNA LTO-8 ULTRIUM	R\$ 60.306,83			
Custo Total no Ano	R\$ 355.406,03			
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1				R\$ 355.406,03

10.2.MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos				Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano XX	
Solução Viável 1	R\$ 355.406,03				R\$ 355.406,03

A análise de TCO considera apenas a Solução 1, que foi identificada como a única viável. Os custos estão concentrados no primeiro ano, uma vez que se trata de aquisição de produtos com licenças perpétuas e equipamentos com garantia de longo prazo. Para as licenças Windows e Commvault, o valor inclui Software Assurance e suporte por 60 meses, respectivamente, não havendo custos adicionais significativos durante este período.

Embora não seja possível realizar uma comparação direta com a Solução 2 (adesão a Atas de Registro de Preços), as pesquisas preliminares indicaram que, mesmo que fossem encontradas Atas para todos os itens necessários, o valor total estimado seria aproximadamente 15-20% superior ao da Solução 1, devido à perda de economia de escala e às margens adicionais cobradas nas adesões a Atas por órgãos não participantes (adesão "carona").

Além disso, os custos administrativos indiretos da fragmentação em múltiplos processos de adesão não estão contabilizados, mas representariam um acréscimo significativo no custo total para a Administração.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução será em lotes distintos, pelas seguintes razões:

1. **Viabilidade técnica:** Os itens podem ser adquiridos separadamente sem prejuízo à funcionalidade do sistema como um todo.
2. **Ampliação da competitividade:** O parcelamento em lotes distintos permite a participação de um maior número de fornecedores especializados em cada segmento (licenças de software, equipamentos de backup, etc.), potencializando a competição e, consequentemente, a obtenção de melhores preços para a administração pública.
3. **Especialização dos fornecedores:** Diferentes fornecedores podem ter especialização em determinados itens, o que pode resultar em produtos de melhor qualidade e suporte técnico mais qualificado.
4. **Gestão de riscos:** A distribuição dos itens entre diferentes fornecedores reduz o risco de dependência de um único fornecedor.
5. **Otimização de recursos:** Permite a aquisição dos itens conforme a disponibilidade orçamentária, priorizando os mais críticos.

A divisão em lotes contemplará:

- Lote 1: Licenças de software Microsoft (itens 1, 2, 3 e 4)

- Lote 2: Fitas magnéticas e unidade de fita (itens 5 e 6)

O parcelamento em lotes não comprometerá a integração dos itens, pois todos serão especificados com requisitos de compatibilidade com a infraestrutura existente no IASSEPE e com os novos servidores recém-adquiridos.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 47º, inciso II e § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 40º, inciso V e §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação está relacionada com as seguintes contratações existentes ou planejadas:

1. Contrato de aquisição de novos servidores.
2. Fim do contrato de manutenção de servidores, fitas e unidades de backup.

Estas contratações correlatas e interdependentes foram consideradas na definição dos requisitos e especificações da presente contratação para garantir a compatibilidade e integração entre os sistemas.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso IX, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da solução proposta, espera-se alcançar os seguintes resultados:

1. **Modernização da infraestrutura de TI:** Atualização das tecnologias utilizadas para backup e armazenamento de dados, substituindo equipamentos obsoletos cujo contrato de manutenção está se encerrando.

2. **Aumento da segurança da informação:** Implementação de soluções mais robustas para proteção e recuperação de dados.
3. **Conformidade com normas e regulamentos:** Adequação às exigências da LGPD e outras normas relacionadas à proteção de dados.
4. **Melhoria na continuidade dos serviços:** Redução do tempo de indisponibilidade em caso de falhas ou desastres.
5. **Otimização de recursos:** Melhor aproveitamento dos recursos de TI com soluções mais eficientes e compatíveis com os novos servidores adquiridos.
6. **Redução de custos a longo prazo:** Eliminação dos crescentes custos de manutenção de equipamentos defasados que já não apresentam bom custo-benefício.
7. **Redução de riscos operacionais:** Minimização dos riscos de perda de dados críticos para o funcionamento do Instituto.
8. **Melhoria no atendimento aos usuários:** Garantia de disponibilidade e integridade dos sistemas utilizados pelos servidores estaduais.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 174º, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso X, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pode gerar os seguintes impactos ambientais:

1. **Consumo energético:** Os equipamentos a serem adquiridos consomem energia elétrica, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa.
2. **Descarte de equipamentos obsoletos:** A substituição de equipamentos existentes gerará resíduos eletrônicos que precisam ser descartados adequadamente.
3. **Produção e descarte de fitas magnéticas:** As fitas magnéticas contêm materiais que podem ser prejudiciais ao meio ambiente se não forem descartados corretamente.

Para mitigar estes impactos, serão adotadas as seguintes medidas:

1. **Seleção de equipamentos energeticamente eficientes:** Priorização de equipamentos com certificações de eficiência energética.
2. **Logística reversa:** Exigência de que os fornecedores implementem programas de logística reversa para recolhimento e descarte adequado dos equipamentos obsoletos.

3. **Gestão responsável de resíduos:** Descarte das fitas magnéticas e outros componentes em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.
4. **Otimização do uso dos recursos:** Configuração dos equipamentos para operar com consumo energético otimizado sem comprometer o desempenho.

Fundamentação:

- Art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 11, inciso I e IV, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
- Art. 34, § 1º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para viabilizar a execução contratual, deverão ser adotadas as seguintes providências:

1. **Capacitação da equipe técnica:** Treinamento da equipe de TI para administração e operação das novas soluções.
2. **Adequação da infraestrutura física:** Verificação e preparação do ambiente físico (espaço, refrigeração, energia) para receber os novos equipamentos.
3. **Adequação da infraestrutura de rede:** Verificação da capacidade da rede para suportar o tráfego adicional gerado pelas operações de backup.
4. **Revisão de processos operacionais:** Atualização dos processos de backup, recuperação de dados e gestão de armazenamento.
5. **Definição de políticas de uso:** Estabelecimento de políticas claras para utilização dos recursos licenciados.
6. **Integração com sistemas existentes:** Planejamento da integração das novas soluções com os sistemas já em uso no IASSEPE.
- 7.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XI, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A escolha pela contratação de licenças **Windows Server**, bem como suas respectivas **Client Access Licenses (CAL)**, fundamenta-se em fatores técnicos essenciais à continuidade dos serviços de TI do órgão, garantindo compatibilidade, padronização, segurança e aderência às necessidades operacionais atuais.

1. Ambiente já padronizado em Windows

Todo o parque computacional do órgão utiliza o sistema operacional **Windows** em suas estações de trabalho. A adoção do Windows Server como sistema operacional dos servidores garante interoperabilidade nativa, maior estabilidade nas integrações e funcionamento pleno das funcionalidades de domínio, políticas de grupo (GPO), autenticação centralizada, compartilhamento de arquivos e demais serviços necessários ao ambiente corporativo.

2. Servidores adquiridos com versão básica/limitada do Windows pré-instalada

Os servidores disponibilizados ao Instituto já vêm de fábrica com uma versão **básica e limitada** do Windows Server (geralmente versões OEM Essentials ou trial), que **não atende plenamente** às demandas de produção, gerenciamento e segurança do nosso ambiente.

Para que possam operar de forma adequada, com todos os recursos necessários e sem restrições de uso, é obrigatória a aquisição das licenças completas, regulares e suportadas.

3. Compatibilidade e continuidade dos serviços

A infraestrutura tecnológica atual do órgão foi projetada e construída sob arquitetura Microsoft, o que inclui domínios Active Directory, políticas de acesso, compartilhamento e ferramentas de gestão integradas. Migrar para outro sistema operacional implicaria ruptura das operações, necessidade de reconfiguração completa, requalificação de equipes, riscos operacionais e indisponibilidade.

Portanto, manter o **mesmo ecossistema tecnológico** garante continuidade, padronização e segurança operacional.

4. Atendimento a requisitos de segurança e conformidade

O Windows Server oferece nativamente recursos indispensáveis de segurança, como controle de autenticação, gerenciamento de permissões, logs integrados, controle de acesso e integração com ferramentas de monitoramento já utilizadas pelo Instituto.

A adoção de licenças oficiais, incluindo CALs, assegura conformidade legal e evita riscos de auditorias, penalidades e interrupções de serviços por uso inadequado de software.

5. Custo-benefício diante da infraestrutura existente

O uso de outro sistema operacional servidor exigiria investimentos adicionais em:

- migração e reconfiguração da infraestrutura
- treinamento técnico da equipe
- adaptação de sistemas internos
- novas ferramentas de autenticação e gerenciamento
- suporte especializado

Considerando que o órgão já opera integralmente com a plataforma Microsoft, o **Windows Server representa a melhor relação custo-benefício**, evitando gastos extras e garantindo uso pleno dos recursos existentes.

6. Padronização e facilidade de gestão

Manter todo o ambiente sob o mesmo fabricante permite uma gestão centralizada, integrando:

- controle de usuários
- permissões
- atualizações
- segurança
- administração remota

Essa padronização reduz falhas, diminui custos operacionais e melhora o desempenho da equipe técnica.

Da contratação:

Licenças de Software:

- Licenças Windows Server Standard per Core 2 Licenses com Software Assurance
- Licenças Windows Server CAL 2022 SNGL MVL Device CAL
- Licenças Windows Server CAL 2022 SNGL MVL User CAL
- Licença Commvault Complete Backup & Recovery para ambientes não-virtualizados e arquivos

Equipamentos de Backup e Armazenamento:

- Fitas magnéticas LTO Ultrium 8 (12/30 TB)
- Unidade de fita externa LTO-8 Ultrium

A contratação das licenças **Windows Server**, bem como das licenças **CAL e Device CAL**, não representa apenas uma preferência tecnológica, mas sim uma **necessidade técnica** para garantir a continuidade, segurança, compatibilidade e eficiência da infraestrutura tecnológica do órgão.

O ambiente atual já está completamente baseado em tecnologias Microsoft,

tanto nas estações de trabalho quanto nos servidores adquiridos, de modo que a aquisição das licenças adequadas é indispensável para o pleno funcionamento dos serviços institucionais. A solução foi escolhida com base em:

1. **Viabilidade técnica:** Compatibilidade com a infraestrutura existente e atendimento às necessidades tecnológicas do IASSEPE.
2. **Viabilidade econômica:** Melhor custo-benefício.
3. **Adequação às necessidades de negócio:** Atendimento aos requisitos de segurança, capacidade de armazenamento e backup.
4. **Escalabilidade:** Possibilidade de expansão futura conforme o crescimento das necessidades do Instituto.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso V, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER STANDARD PER CORE 2 LICENSES COM SOFTWARE ASSURANCE, TIPO PERPETUA, COM ATUALIZACAO	48	R\$ 1.377,00	R\$ 66.096,00
2	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL DEVICE CAL, VERSAO 2022 OU SUPERIOR, PLATAFORMA WINDOWS	350	R\$ 173,48	R\$ 60.718,00
3	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WINDOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL USER CAL, VERSAO 2022 OU SUPERIOR, PLATAFORMA WIN-	320	R\$ 360,61	R\$ 115.395,20

	DOWS			
4	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - DO TIPO SOFTWARE COMM-VAULT COMPLETE BACKUP & RECOVERY PARA AMBIENTES NAO-VIRTUALIZADOS E ARQUIVOS,POR TERABYTE DE FRONT-END,NA MODALIDADE PERPETUA E SUPORTE 24X7 POR 60 MESES	1	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
5	FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO,COM CAPACIDADE DE 12/30 TB,MODELO ULTRIUM 8	5	R\$ 578,00	R\$ 2.890,00
6	FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO,COM CAPACIDADE DE 12/30TB,DIMENSOES 105,00 X 205,00 X 327,00 MM,MODELO ULTRIUM 8 30750,ATE 360/900 MB/S	1	R\$ 60.306,83	R\$ 60.306,83
Total				R\$ 355.406,03

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análise detalhada das necessidades do IASSEPE, das soluções disponíveis no mercado e dos custos envolvidos, conclui-se que a contratação proposta é **viável** do ponto de vista técnico, operacional e econômico.

A solução escolhida (Solução 1 - Aquisição de licenças e equipamentos de diferentes fornecedores atende plenamente às necessidades identificadas, a-

presentando o melhor custo-benefício entre as alternativas analisadas. Esta opção é particularmente adequada considerando o encerramento do contrato de manutenção dos equipamentos atuais e a necessidade de compatibilidade com os novos servidores recentemente adquiridos.

A contratação está alinhada com os objetivos estratégicos do IASSEPE e contribuirá significativamente para a modernização da infraestrutura de TI, aumento da segurança da informação e melhoria na continuidade dos serviços prestados aos servidores do Estado de Pernambuco.

A divisão em lotes otimizará o processo licitatório, aumentando a competitividade e potencialmente reduzindo os custos para a Administração.

Portanto, recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação, com a elaboração do Termo de Referência baseado nas especificações e quantitativos definidos neste ETP.

Fundamentação:

- Art. 18º, § 1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- Art. 8º, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022;

19. RESPONSÁVEIS

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Julio Jorge da Silva Neves Junior Assessor Técnico de Infraestrutura	Valdemir José Rufino da Silva Matrícula: 18248063/01 Coordenador de Suporte Superintendência de Tecnologia da Informação
Valdemir José Rufino da Silva Matrícula: 18248063/01 Coordenador de Suporte Superintendência de Tecnologia da Informação	Contato: (81)3183-4768

Contato: (81)3183-4768 E-mail: julio.neves@iassepe.pe.gov.br valdemir.jsilva@iassepe.pe.gov.br	E-mail: valdemir.jsilva@iassepe.pe.gov.br
--	--

20. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Estadual nº 53.384, de 22 de agosto de 2022 e da Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC

(OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL – Art. 6º, Parágrafo único, Portaria ATI nº 44 de 30 de dezembro de 2024)

Kilma Herminio de Lima

Matrícula: 299.607-3

Superintendente de Tecnologia da Informação

Superintendência de Tecnologia da Informação

Recife, 26 de novembro de 2025

INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Henrique Dias, s/n, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-140, Telefone:

ANEXO - D
QUADRO RESUMO
AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE / GRUPO 1							
I- te m	Códi- go E- fisco	CAT- SERV	Descrição	U- nid	Valor U- nitário Máximo	Qt- de	Valor To- tal
1	60309 8-0	27464	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WIN- DOWS SERVER STANDARD PER CO- RE 2 LICENSES COM SOFTWARE ASSU- RANCE, TIPO PERPE- TUA, COM ATUALI- ZACAO	UN D	R\$ 1.377,00	48	R\$ 66.096,0 0
2	57897 6-1	27456	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WIN- DOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL DEVICE CAL,VERSAO 2022 OU SUPERI- OR, PLATAFORMA WINDOWS	UN D	R\$ 173,4 8	350	R\$ 60.718,0 0
3	57897 5-3	27456	LICENCA DE USO DE SOFTWARE - WIN- DOWS SERVER CAL 2022 SNGL MVL U- SER CAL,VERSAO 2022 OU SUPERI- OR, PLATAFORMA WINDOWS	UN D	R\$ 360,61	320	R\$ 115.395, 20
4	58137	27464	LICENCA DE USO DE	UN	R\$	1	R\$

	5-1		SOFTWARE - DO TIPO SOFTWARE COMMVAULT COMPLETE BACKUP & RECOVERY PARA AMBIENTES NAO-VIRTUALIZADOS E ARQUIVOS,POR TERABYTE DE FRONT-END,NA MODALIDADE PERPETUA E SUPORTE 24X7 POR 60 MESES	D	50.000,00		50.000,00
Valor total do lote: R\$ 292.209,20							

COTA EXCLUSIVA

LOTE/ GRUPO 2							
I-tem	Código E-fisco	CAT-MAT	Descrição	Unid	Valor Unitário Máximo	Qt-de	Valor Total
5	496966-9	486071	FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO,COM CAPACIDADE DE 12/30 TB,MODELO ULTRIUM 8	UND	R\$ 578,00	5	R\$ 2.890,00
6	604905-2	350499	FITA MAGNETICA - TECNOLOGIA LTO,COM CAPACIDADE DE 12/30TB,DIMENS OES 105,00 X 205,00 X 327,00 MM,MODELO ULTRIUM 8 30750,ATE 360/900 MB/S	UND	R\$ 60.306,83	1	R\$ 60.306,83

Valor total do lote: R\$ 63.196,83

PROCESSO COMPRAS.GOV Nº 90001
PROCESSO LICITATÓRIO - PE INTEGRADO Nº 0001.2026.AC 77.PE.0001.SAD.SASSEPE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026
PROCESSO SEI Nº 0030320689.000007/2025-26

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO COMPRAS.GOV Nº 90001
PROCESSO LICITATÓRIO - PE INTEGRADO Nº 0001.2026.AC 77.PE.90001.SAD.SASSEPE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026
PROCESSO SEI Nº 0030320689.000007/2025-26

ANEXO III MINUTA DO CONTRATO FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DO INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (IASSEPE), EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026, , PROCESSO Nº 0001.2026.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através do INSTITUTO DE ATENÇÃO À SAÚDE E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (IASSEPE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a). _____(nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, ⁸ sediada em _____, representada neste ato por _____(nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO o fornecimento de Licenças de Software, Fitas Magnéticas e Unidades de Fitas para Backup e Armazenamento, visando atender as necessidades do IASSEPE, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da CONTRATADA e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001.2026, PROCESSO Nº 0001.2026 e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da CONTRATADA, a opção pela extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da CONTRATADA se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do CONTRATO, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso),

conforme detalhamento abaixo descrito):

LOTE XXXX						
ITEM	CÓDIGO DO EFISCO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXX
VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE						XXXXXXX

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2025, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 420202 (SASSEPE)

Programa de Trabalho: 10.302.0141.0299.2571

Natureza da Despesa: 3.3.90

Fonte de Recurso: 0500

Valor da Dotação Orçamentária: R\$ 355.406,0300

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

9

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em 25/11/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do

CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO : O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item 3.3.1 do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item 3.3, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega do(s) bem(ns) será realizada de forma imediata, em remessa única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da CONTRATADA, com antecedência mínima de 10 dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do CONTRATO, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo

tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA deste CONTRATO;
- VI. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste CONTRATO;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XIV. Proferir, no prazo de 30 (trinta¹⁰) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da CONTRATANTE para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do CONTRATO, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à CONTRATANTE, até 10 (dez) dias úteis antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

- VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;
- X. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);
- XIV. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência¹¹, para reabilitado da Previdência

¹¹ Nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, esta obrigação incide sobre as empresas que possuam 100 (cem) ou mais empregados, em gradação estabelecida conforme o texto legal. Assim, o fiscal do contrato deve questionar se a empresa se enquadra nesse dispositivo, requisitando a comprovação da exigência, no início da execução do contrato e em momento que julgar conveniente.

Social e para aprendiz, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa XXXXXX como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do fiscal do contrato.

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela CONTRATANTE;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;

- e) Registrar no histórico de execução do CONTRATO todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a CONTRATADA para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela CONTRATADA que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do CONTRATO as ocorrências que possam inviabilizar a execução do CONTRATO nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATANTE designa XXXXXX como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

OBSERVAÇÃO: Indicar nome, cargo ou função e matrícula do gestor do contrato.

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do CONTRATO, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do CONTRATO de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do CONTRATO acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do CONTRATO;

e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do CONTRATO não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do CONTRATO deverá ser recebido pelo fiscal do CONTRATO, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a CONTRATADA não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no PARÁGRAFO TERCEIRO da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do CONTRATO, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TECEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à CONTRATADA será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do CONTRATO no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO ("Das Obrigações da Contratada").

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos III e IV do CLÁUSULA NONA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o **30º (trigésimo) dia** de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor **total** do CONTRATO, observado o valor mínimo¹² de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.
- III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

¹² Cumpre observar que, nas situações em que são previstos limites financeiros mínimos, faz-se necessário comparar o valor estabelecido na cláusula correspondente com o montante estimado na licitação, de modo que não se poderia cominar multa mínima desproporcional ao porte da licitação.

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), **calculada sobre o valor entrega**, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada **sobre o valor da entrega**, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da CLÁUSULA NONA;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada **sobre o valor do CONTRATO**, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir

violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como **gestor/fiscal** (indicar conforme o caso) do CONTRATO nº **XXX**;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula **XXX** do CONTRATO nº **XXX**;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao CONTRATO.

Recife, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **XXXX**.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Dourado Oliveira Amazonas de Miranda**, **4604962.120101** e matrícula **4604962**, em 03/02/2026, às 14:13.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **2cedb50a-2993-4e39-8676-f03c03a2d9cc**
